

Governo quer reeducar “demagogo de aluguel”

O ministro da Justiça, Saulo Ramos, encaminhou ontem ao procurador-geral da República, Aristides Junqueira Alvarenga, solicitação para que se instale ação criminal contra o candidato do PRN à Presidência da República, Fernando Collor de Mello, que trata como “usineiro de difamações” e “demagogo de aluguel”. Saulo Ramos quer que “se aplique sobre o ofensor os rigores da Lei Penal, para aplacar sua crescente tendência à criminalidade e para sua provável reeducação, já que é primário”.

O ministro deixa claro que “não se pode, por simples tolerância democrática, permitir que esse reincidente contumaz julgue estar o Presidente oferecendo-lhe a outra face”. Saulo Ramos diz ainda que o candidato ofende a sociedade brasileira com o uso de palavrões e baixezas. “Se outra face há de ser oferecida ao agressor, esta é a face da lei, que ele afronta ao lesar honras e sentimentos, ao ferir, assim, a essência social do direito...”.

Esclarece o ministro da Justiça que Collor calunia o Presidente ao dizer que ele pretende baixar ato institucional e adiar as eleições: difama, ao afirmar que ele aposta no caos; e injúria, ao agredi-lo com expressões como **incapaz e corrupto**. Anexando documentos e teipes à solicitação, Saulo Ramos diz que os crimes foram praticados em comícios e no horário gratuito do PRN nos dias 3, 4, 5 e 6 de novembro, quando, segundo ele, Collor agiu “com ódio e dolo intensos, aproveitando-se da liberdade democrática que lhe é, ironicamente, assegurada por sua própria vítima, o presidente da República”.

Saulo Ramos acusa Collor de não saber conviver com os valores morais dos brasileiros, acrescentando que “se não talento e cultura pelo menos um mínimo de educação” ele deveria ter. “Em nome da liberdade de expressão — continua — não se pode permitir o aviltamento do nobre cargo de presidente da República, que o próprio ofensor deseja para si enlouquecidamente”.